

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras: venda de ativos incluirá refinarias	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras quer retomar venda de ativos 'nas próximas semanas'	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Indenização devida	4
Título: Produção de aço cresce, puxada pela exportação.....	5
Título: Notas	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Eletrobras admite que resultado pode ser afetado por liminares	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Sabrina Valle, Bloomberg News****Título: Petrobras: venda de ativos incluirá refinarias**

Presidente da estatal diz que programa será retomado nas próximas semanas

-HOUSTON- A Petrobras vai retomar nas próximas semanas seu programa de venda de ativos, que vai incluir refinarias, afirmou Pedro Parente, presidente da estatal, em entrevista ontem em Houston, nos EUA. Com uma lista de perto de 40 ativos avaliados em US\$ 42 bilhões, a petroleira mantém a meta de atingir US\$ 21 bilhões em desinvestimentos entre 2017 e 2018. Desde 2015, a estatal já levantou US\$ 13,6 bilhões.

— A Petrobras voltou todos os processos para o zero — disse Parente à Bloomberg. — Muito breve, mas muito em breve mesmo, a empresa vai relançar o programa a todo vapor para cumprir nossa meta de US\$ 21 bilhões em desinvestimentos e parcerias em 2017 e 2018. A decisão de reiniciar os processos de venda de ativos atende à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Em dezembro, o tribunal suspendeu o programa, depois de apontar indícios de irregularidades. Em março, o TCU deu aval para a companhia retomar a venda de ativos, mediante o cumprimento de novas regras acordadas entre a Petrobras e o TCU.

Os ativos serão colocados à venda aos poucos, dependendo do nível de maturidade de cada processo. A Petrobras vai publicar em seu site de relações com investidores os primeiros teasers, que são pré-editais. Incluirão outra mudança definida em acordo com o TCU: empresas não convidadas poderão pedir para participar, o que será avaliado pela Petrobras. — Se tiver condições de participar, (a empresa) será incluída — confirmou Parente.

Refinarias entrarão na lista de ativos à venda, de acordo com o presidente da estatal. O desinvestimento em refino já estava previsto pelo plano de negócios da companhia, mas ainda não havia avançado. — Os ativos são mais ou menos os mesmos, mas agora também vamos começar a falar sobre refino. Refino é importante para a Petrobras. Mas acreditamos que não é bom para a empresa nem para o país concentrar 100% do refino na mão de uma única empresa — avalia Parente.

O executivo reconhece que a Petrobras pode ficar de fora de novas refinarias que venham a ser construídas no Brasil. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras quer retomar venda de ativos 'nas próximas semanas'**

HOUSTON - O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou nesta segunda (1º) que a empresa planeja relançar "nas próximas semanas" seu plano de venda de ativos, já com as modificações estipuladas pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

De acordo com o executivo, a nova versão do plano seguirá as diretrizes estratégicas do programa anterior, lançado em 2015, mas com alterações no modelo de negociações.

"Queremos replicar em outras áreas, como o refino, a estratégia de parcerias que foi muito bem sucedida na exploração e produção de petróleo", disse o executivo.

Ele não quis, porém, adiantar quais ativos estarão na lista de venda –confirmando apenas a manutenção da BR Distribuidora, considerada uma das maiores possibilidades de receita.

Parente explicou que, na nova modelagem de negociações, a Petrobras continuará mandando convites para eventuais interessados, mas publicará em seu site um prospecto sobre cada ativo à venda.

Assim, qualquer empresa que tiver interesse poderá participar das negociações. Antes, participavam do processo apenas empresas convidadas pela estatal.

O processo foi paralisado em dezembro, por determinação do TCU.

Apesar da suspensão, Parente diz que a empresa manterá a meta de arrecadar US\$ 34,6 bilhões ao final do programa –até o fim de 2015, foram US\$ 13,6 bilhões.

Parte dos processos, porém, está sendo questionada na Justiça. Em abril, por exemplo, a Justiça de Sergipe concedeu liminar suspendendo a venda à norueguesa Statoil da fatia da estatal na área de Carcará, no pré-sal.

O negócio, de US\$ 2,5 bilhões, foi aprovado pelo conselho da Petrobras no fim do ano passado e já havia sido autorizado pelos órgãos de defesa da concorrência.

"Vamos ter que lutar para derrubar as liminares", disse o executivo, que participa em Houston da feira de petróleo OTC (Offshore Technology Conference).

LEILÕES

Parente disse que a empresa ainda está avaliando as áreas que serão oferecidas pelo governo nos novos leilões do pré-sal e que ainda não pode dizer se terá participação nos leilões.

Segundo a lei, a estatal tem direito de escolher em quais áreas quer ser operadora e ter participação mínima de 30%.

Na semana passada, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) deu um prazo de 30 dias para a empresa definir se que exercer o direito sobre as áreas da terceira rodada do pré-sal, que oferecerá quatro áreas no fim do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Cláudio J.D. Sales

Título: Indenização devida

A conta decorrente de erros na formulação de políticas públicas cai sempre no colo dos contribuintes ou consumidores. O setor elétrico brasileiro, conduzido com mão intervencionista pelo governo Dilma Rousseff, foi uma das maiores vítimas de problemas dessa natureza. A indenização de R\$ 62 bilhões devida a transmissoras de energia é mais uma herança deixada pela ex-presidente.

O problema teve origem em 2012, quando o governo promulgou a Medida Provisória (MP) 579 com o alegado objetivo de reduzir a tarifa de energia em 20%. Concebida a portas fechadas - contou-se nos dedos o número de pessoas envolvidas em sua redação, incluindo a própria ex-presidente da República -, a MP 579 abandonou o rito de audiências públicas que devem anteceder mudanças legais e regulatórias relevantes. Os erros foram tantos que, após dois anos, a tarifa da energia aumentou 50% em 2015, evidenciando que a motivação principal da redução artificial do custo de energia era puramente eleitoral e sem bases econômicas.

A indenização às transmissoras, devida há anos, só agora começará a ser paga. De acordo com a MP 579, as transmissoras que optassem por antecipar a renovação de suas concessões teriam suas tarifas reduzidas para remunerar só a operação e a manutenção das linhas, enquanto a remuneração pelo capital investido e ainda não amortizado seria coberta por uma indenização. O texto, porém, excluiu das indenizações investimentos feitos antes do ano 2000. As empresas fizeram as contas e optaram por não antecipar a renovação das concessões.

Dois meses depois, e diante da baixa acolhida pelas transmissoras das péssimas condições de indenização, o governo promulgou nova medida provisória, a MP

591, estabelecendo que investimentos anteriores a 2000 seriam submetidos aos mesmos critérios dos demais. Foi com base nessa alteração que as empresas concordaram em antecipar a renovação de suas concessões, ficando pendente a definição dos valores a serem indenizados.

Essa definição levou mais de quatro anos para ser feita, mas, ao contrário da MP 579, tal processo observou de forma transparente e rigorosa todos os ritos regulatórios. O processo foi conduzido pela Aneel, agência reguladora do setor, que definiu a metodologia de avaliação e contou com laudos de empresas de auditoria contratadas. Aliás, o Tribunal de Contas da União (TCU) teve papel relevante em todas as fases. Em seguida, as notas técnicas da Aneel foram submetidas a audiências e consultas públicas para que agentes do setor e consumidores contestassem ou propusessem aperfeiçoamentos. Só então a Aneel promulgou a resolução com os valores e a forma de pagamento das indenizações. A Aneel, inclusive, respondeu, ponto a ponto, via nota técnica, as contribuições e contestações feitas na audiência pública.

O que aconteceu não foi bom para ninguém: os consumidores deixaram de pagar temporariamente pela remuneração do capital investido, mas terão de fazê-lo agora, com as devidas correções financeiras pelo atraso; as empresas transmissoras foram descapitalizadas, com redução da geração de caixa de cerca de 70%, de um dia para outro; e o setor elétrico deixou de contar, durante anos, com investimentos dessas empresas que ficaram com seus caixas abalados, prejudicando inclusive os leilões de novas linhas.

Após transcorrido todo o rito regulatório, os movimentos que começam a ser feitos por grupos específicos de grandes consumidores para obstaculizar as indenizações devidas às transmissoras não ajudam a consolidar um ambiente institucional estável e previsível. Após quatro anos, as transmissoras que acreditaram no compromisso selado com o Estado brasileiro não podem mais conviver com tanta insegurança jurídica, notadamente por ser o setor elétrico regulado, cuja sustentabilidade depende essencialmente de credibilidade e confiança. Cumpram-se os compromissos. O passado não pode mais ser imprevisível.

PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL. SITE:
WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Produção de aço cresce, puxada pela exportação

O setor siderúrgico no Brasil apresentou no 1.º trimestre do ano uma assimetria pouco comum. A produção nacional de aço cresceu 10,9% em comparação com os primeiros três meses de 2016, segundo o Instituto Aço Brasil, o que é um bom sinal. Contudo, esse avanço resultou da exportação do produto, que cresceu 17,4% no período considerado. As vendas internas de aço pelas siderúrgicas instaladas no País, ao contrário, caíram 0,5%. Mas a redução das vendas não significa que a demanda doméstica não tenha reagido. Ela parece até estar reagindo, pois o consumo aparente de aço (produção interna mais importações) teve crescimento de 5%, impulsionado pelas importações, que registraram aumento espetacular de 73,1%.

O Instituto explica que a alta da exportação se deve à entrada em operação da Cia. Siderúrgica de Pecém (CSP), no Ceará, voltada para o mercado externo. As demais siderúrgicas de diversas regiões do País são mais direcionadas para o mercado interno, no qual enfrentam uma poderosa concorrência do produto importado, e ainda exportam muito pouco.

As projeções do Instituto são de que o consumo aparente de aço no País alcance 18,7 milhões de toneladas (t) este ano, mais 2,9% em relação a 2016. Já a produção nacional atingiria, ao fim de dezembro, 32,5 milhões de toneladas, uma elevação de 3,8%. As vendas internas se recuperariam um pouco, avançando 1,3% em 2017, ficando em 15,7 milhões de t, patamar semelhante ao de 2006.

Para ganhar competitividade em mercados externos, a indústria siderúrgica reivindica que seja elevada de 2% para 5% a alíquota do Reintegra, que prevê restituição de tributos pagos na cadeia produtiva no caso de vendas externas. Com isso, afirma o Instituto, o nível de arrecadação tributária seria mantido, mas poderiam ser criados 400 mil novos postos de trabalho, injetando US\$ 15 bilhões na economia. O Instituto também considera que o governo deveria incentivar a exigência de conteúdo local.

Quanto ao Reintegra, em face da política fiscal em vigor, é pouco provável que a sugestão seja atendida nesta fase. Já no tocante à exigência de conteúdo local, a tendência que se tem observado é de reduzi-la, não de reforçá-la. O que o setor pode esperar é que, com a aprovação das reformas propostas pelo governo, o custo Brasil diminua, permitindo ganhos de competitividade pela indústria em geral.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor:

Título: Notas

» **Andou.** A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) contratou os bancos para captação de US\$ 1 bilhão no exterior. Bradesco BBI, Citi, Deutsche Bank e Itaú BBA vão coordenar a oferta, com prazo de sete anos. As reuniões com investidores internacionais de renda fixa ocorrem ao longo desta semana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Eletrobras admite que resultado pode ser afetado por liminares

A Eletrobras reconheceu que as demonstrações financeiras da companhia em 2016 podem ser "afetadas de maneira adversa", se os grandes consumidores de energia tiverem êxito nas ações que movem na Justiça contra o pagamento da remuneração relativa às indenizações às transmissoras por investimentos em ativos antigos cuja concessão foi renovada.

"No caso de os consumidores terem sucesso em seus processos e serem capazes de rever total ou parcialmente a cobrança desses montantes, nossos resultados financeiros podem ser afetados de maneira adversa", informou a Eletrobras, no relatório 20-F, arquivado ontem na Securities and Exchange Commission (SEC).

No documento, a companhia acrescentou que, se a liminar concedida em favor da Abrace (associação que reúne grandes consumidores industriais de energia) permanecer em vigor, considerando a possibilidade de o governo brasileiro não assumir a obrigação de pagar por esses créditos, "poderemos não receber o valor total dos ativos contabilizados em nossa demonstração financeira ou podemos ser obrigados a fazer uma provisão contábil".

O reconhecimento contábil das indenizações foi o principal fator para o lucro de R\$ 3,281 bilhões registrado pela elétrica no ano passado, e que permitiu o pagamento de R\$ 433,9 milhões em dividendos aos acionistas preferencialistas. A Eletrobras registrou o montante de cerca de R\$ 36,5 bilhões a receber a título de remuneração relativa às indenizações. Pelas regras atuais, o montante será pago, via tarifa, nos próximos oito anos.

No 20-F, que é equivalente ao formulário de referência e tinha prazo para ser arquivado até ontem, a estatal destacou que ainda está conduzindo investigações internas, especialmente na hidrelétrica Santo Antonio, no qual tem participação de 39% por meio de Furnas. "Certas alegações de atos possivelmente ilegais" relacionados à usina foram tornadas públicas em abril deste ano, disse a companhia no 20-F, se referindo ao conteúdo dos depoimentos de executivos da Odebrecht em colaboração com a Justiça.

Apesar de afirmar que as alegações não devem ter efeitos "materiais" nos resultados, a Eletrobras destacou que a Hogan Lovells, firma independente contratada para realizar uma investigação interna na companhia, continua monitorando acordos de delação premiada, assim como outras informações referentes às investigações da operação Lava-Jato.

"Também estamos revendo contratos materiais e identificando fornecedores que tiveram seus contratos encerrados devido ao envolvimento com a Lava-Jato, e iniciamos a aplicar medidas administrativas a fim de suspender ou terminar, quando necessário, os contratos de trabalho com a Eletrobras", informou a companhia no documento.

A estatal admitiu ainda ter identificado deficiências de controles internos no processo de elaboração de suas demonstrações contábeis. Segundo a companhia, diante dessas deficiências, há possibilidade razoável de que distorções significativas nas suas demonstrações contábeis anuais não tenham sido prevenidas ou identificadas a tempo.

MME / ASCOM .